

ASSUNTO: Estatísticas de Operações e Posições com o Exterior

No uso das competências atribuídas pelos seguintes diplomas:

a) Lei Orgânica do Banco de Portugal, Lei n.º 5/98, de 31 de janeiro, designadamente o seu Art.º 13.º:

“1 - Compete ao Banco a recolha e elaboração das estatísticas monetárias, financeiras, cambiais e da balança de pagamentos, designadamente no âmbito da sua colaboração com o [Banco Central Europeu] BCE.

2 - O Banco pode exigir a qualquer entidade, pública ou privada, que lhe sejam fornecidas diretamente as informações necessárias para cumprimento do estabelecido no número anterior ou por motivos relacionados com as suas atribuições.”

b) Lei do Sistema Estatístico Nacional, Lei n.º 22/2008, de 13 de maio, que reconhece no seu Art.º 3.º a qualidade de autoridade estatística ao Banco de Portugal, conferindo-lhe no Art.º 4.º o poder de exigir informação que se revista de importância estatística.

c) Decreto-Lei n.º 295/2003, de 21 de novembro, que regulamenta o regime jurídico das operações económicas e financeiras com o exterior e das operações cambiais, nomeadamente a sua Secção VI, Art.º 22.º e 23.º, onde é consagrado o dever de informação, designadamente de natureza estatística, ao Banco de Portugal, assim como o seu poder geral de regulamentação e fiscalização neste domínio.

d) Regulamento (CE) n.º 2533/98 do Conselho, de 23 de novembro de 1998, relativo à compilação de informação estatística pelo BCE, do qual resulta a competência do Banco de Portugal, no âmbito da sua participação no Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC), para proceder à recolha e elaboração das estatísticas da balança de pagamentos e da posição de investimento internacional.

e) Regulamento (CE) n.º 184/2005 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de janeiro de 2005, relativo às estatísticas comunitárias sobre a balança de pagamentos, o comércio internacional de serviços e o investimento direto.

O Banco de Portugal, através da presente Instrução, determina que:

1. Objeto

1.1. Esta Instrução destina-se a regulamentar a comunicação de informação estatística ao Banco de Portugal, tendo por objetivo principal a compilação de estatísticas de operações e posições com o exterior, registadas na balança de pagamentos e na posição de investimento internacional de Portugal.

1.2. Com a disponibilização destas estatísticas, o Banco de Portugal visa, simultaneamente, satisfazer as responsabilidades de reporte estatístico assumidas junto dos organismos internacionais, nomeadamente do Banco Central Europeu (BCE), do Serviço da Estatística das Comunidades Europeias (Eurostat) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), bem como as necessidades de diversos outros utilizadores nacionais e internacionais que a elas recorrem com objetivos de definição de política económica, de acompanhamento da economia Portuguesa, ou de compilação de Contas Nacionais, Financeiras e Não Financeiras, para o sector do “Resto do Mundo”.

2. Entidades abrangidas

2.1. Encontram-se abrangidas pela presente Instrução todas as pessoas coletivas residentes em Portugal, ou que nele exerçam a sua atividade, que efetuem operações económicas ou financeiras com o exterior ou que realizem operações cambiais, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 295/2003, de 21 de novembro.

Alterado pela Instrução nº 3/2013, publicada no BO nº 3, de 15 de março de 2013.

2.2. Para efeitos da presente Instrução, as entidades reportantes abrangidas pela Instrução do Banco de Portugal nº 12/2010 relativa a estatísticas de balanço e de taxas de juro das instituições financeiras monetárias são designadas por “bancos”.

3. Informação a reportar

3.1. A informação a reportar ao Banco de Portugal no âmbito desta Instrução encontra-se estruturada da seguinte forma:

a) COPE - Comunicação de Operações e Posições com o Exterior

Informação detalhada sobre:

a1) Operações económicas e financeiras com o exterior, entendidas como transações efetuadas entre residentes em Portugal e não residentes, que envolvam uma troca de valor ou uma transferência, à exceção de operações relacionadas com deslocações, estadas e transportes que constituam despesas auxiliares à atividade das entidades residentes.

Alterado pela Instrução nº 3/2013, publicada no BO nº 3, de 15 de março de 2013.

a2) Posições (saldos) em final de período relativas a depósitos, empréstimos e créditos comerciais face ao exterior.

Alterado pela Instrução nº 3/2013, publicada no BO nº 3, de 15 de março de 2013.

Esta comunicação deve incluir informação relativa à classificação estatística da operação e da posição, bem como a caracterização de outros aspetos relevantes (como a identificação de outras entidades envolvidas, o montante, a divisa, a conta associada, e, quando aplicável, a data de vencimento).

b) COL - Comunicação de Operações de Liquidação

Informação sobre as liquidações associadas a:

b1) Operações com o exterior efetuadas por conta de clientes residentes em Portugal.

b2) Operações efetuadas por conta de clientes não residentes em Portugal.

Esta comunicação deve incluir informação relativa à identificação do cliente, bem como a caracterização da operação, designadamente, montante, sentido do fluxo financeiro, divisa e país de liquidação.

- 3.2. As características da informação mencionada no ponto anterior, designadamente a descrição do conteúdo e tabelas de desagregação da informação de acordo com os diversos critérios relevantes, encontram-se especificadas no Manual de Procedimentos a que se faz referência no ponto 9.1. da presente Instrução.

Alterado pela Instrução n.º 3/2013, publicada no BO n.º 3, de 15 de março de 2013.

- 3.3. As entidades referidas no ponto 2.2. estão isentas de reportar as posições em final de período referidas na alínea a2) do ponto 3.1.

- 3.4. A informação referida na alínea b) do ponto 3.1. deverá ser reportada por todas as entidades residentes em Portugal que liquidem operações por conta de clientes.

- 3.5. Para a compilação das estatísticas da balança de pagamentos e da posição de investimento internacional concorre também a informação recolhida através da realização de inquéritos regulares junto das entidades abrangidas pela presente Instrução.

4. Limiar de isenção (Novo)

Redação introduzida pela Instrução n.º 56/2012, publicada no BO n.º 1, de 15 de janeiro de 2013.

- 4.1. Estão isentas de reportar a informação referida na alínea a) do ponto 3.1 as entidades que apresentem um total anual de operações económicas e financeiras com o exterior inferior a 100 000 euros, considerando o total de entradas e de saídas.

Alterado pela Instrução n.º 3/2013, publicada no BO n.º 3, de 15 de março de 2013.

- 4.2. As entidades que num determinado ano ultrapassem o limiar referido no ponto 4.1 devem iniciar o reporte de acordo com o estabelecido pela presente Instrução até abril do ano seguinte, com informação desde janeiro.

Alterado pela Instrução n.º 3/2013, publicada no BO n.º 3, de 15 de março de 2013.

- 4.3. As entidades que a partir de um determinado ano passem a situar-se abaixo do limiar referido no ponto 4.1 podem beneficiar da isenção de reporte a partir de fevereiro do ano seguinte, com respeito à informação de janeiro.

4.4. (Novo)

Redação introduzida pela Instrução n.º 3/2013, publicada no BO n.º 3, de 15 de março de 2013.

As entidades que iniciem atividade ou que estejam abrangidas pela isenção referida no ponto 4.1, e que apresentem num determinado mês um total de operações económicas e financeiras com o exterior superior a 100 000 euros, considerando o total de entradas e de saídas, devem iniciar o reporte de acordo com o estabelecido pela presente Instrução num prazo de quatro meses, com informação referente aos meses entretanto decorridos.

5. Frequência e prazos para receção da informação

Renumerado pela Instrução n.º 56/2012, publicada no BO n.º 1, de 15 de janeiro de 2013.

5.1. A informação referida no ponto 3.1. tem uma periodicidade de reporte mensal.

Renumerado pela Instrução nº 56/2012, publicada no BO nº 1, de 15 de janeiro de 2013.

5.2. Os prazos máximos para a receção no Banco de Portugal da informação mencionada no ponto precedente são indicados no quadro seguinte e dizem respeito ao número de dias úteis após o final do mês de referência:

Renumerado pela Instrução nº 56/2012, publicada no BO nº 1, de 15 de janeiro de 2013.

Informação a reportar	Entidades reportantes	Prazo máximo para a receção da informação
COL	Entidades que liquidem operações por conta de clientes (c.f. ponto 3.4)	5
COPE	Bancos (c.f. ponto 2.2)	10
	Entidades que efetuem operações com o exterior, ou operações cambiais (c.f. ponto 2.1), à exceção de bancos	15

5.3. Para efeitos desta Instrução são considerados “dias úteis” todos os dias de calendário à exceção de Sábados, Domingos, feriados nacionais obrigatórios, Entrudo e 24 de dezembro.

Renumerado pela Instrução nº 56/2012, publicada no BO nº 1, de 15 de janeiro de 2013.

6. Forma de envio da informação estatística

6.1. O reporte da informação referida no ponto 3.1. terá de ser efetuado por transmissão eletrónica, através do sistema *BPnet* do Banco de Portugal (regulamentado pela Instrução nº 30/2002, de 15 de outubro, e que se destina, fundamentalmente, às entidades pertencentes ao sistema financeiro) ou da Área de Empresa no sítio do Banco de Portugal na *internet*, de acordo com as regras e especificações técnicas constantes do Manual de Procedimentos.

Renumerado pela Instrução nº 56/2012, publicada no BO nº 1, de 15 de janeiro de 2013.

6.2. Em casos excecionais, em que o procedimento a observar na transmissão dos dados estatísticos mencionado no ponto precedente não seja viável, os ficheiros de reporte poderão ser enviados através de meios eletrónicos alternativos a acordar com o Banco de Portugal.

Renumerado pela Instrução nº 56/2012, publicada no BO nº 1, de 15 de janeiro de 2013.

7. Nomeação de interlocutores qualificados

Renumerado pela Instrução nº 56/2012, publicada no BO nº 1, de 15 de janeiro de 2013.

7.1. Todas as entidades reportantes deverão nomear interlocutores (no mínimo um efetivo e um suplente) habilitados a responder a eventuais questões sobre a informação reportada que o Banco de Portugal entenda colocar-lhes, os quais serão designados por “*Correspondentes para as Estatísticas de Operações e Posições com o Exterior*”. Para o efeito deverão utilizar o formulário constante nos canais mencionados no ponto 6.1.

*Renumerado pela Instrução nº 56/2012, publicada no BO nº 1, de 15 de janeiro de 2013.
Alterado pela Instrução nº 3/2013, publicada no BO nº 3, de 15 de março de 2013.*

7.2. De forma a garantir uma resposta pronta às questões colocadas pelo Banco de Portugal, a entidade reportante deve assegurar a disponibilidade permanente de, pelo menos, um dos interlocutores designados, procedendo obrigatoriamente à sua substituição, definitiva ou temporária, quando não seja possível verificar essa condição.

Renumerado pela Instrução nº 56/2012, publicada no BO nº 1, de 15 de janeiro de 2013.

- 7.3. Reciprocamente, o Banco de Portugal indicará os contatos recomendados para o esclarecimento de quaisquer dúvidas que possam surgir decorrentes da aplicação da presente Instrução.

Renumerado pela Instrução nº 56/2012, publicada no BO nº 1, de 15 de janeiro de 2013.

8. Regime sancionatório

Renumerado pela Instrução nº 56/2012, publicada no BO nº 1, de 15 de janeiro de 2013.

- 8.1. Em caso de incumprimento do estabelecido na presente Instrução será aplicável o regime sancionatório legalmente estabelecido, designadamente na Lei do Sistema Estatístico Nacional e no disposto no Art.º 35.º do Decreto-Lei nº 295/2003, de 21 de novembro.

Renumerado pela Instrução nº 56/2012, publicada no BO nº 1, de 15 de janeiro de 2013.

9. Manual de Procedimentos

Renumerado pela Instrução nº 56/2012, publicada no BO nº 1, de 15 de janeiro de 2013.

- 9.1. O Banco de Portugal disponibiliza no seu sítio na *internet* o “Manual de Procedimentos das Estatísticas de Operações e Posições com o Exterior” onde são especificados os requisitos de reporte constantes da presente Instrução e são fornecidos diversos elementos destinados a facilitar o seu cumprimento.

Renumerado pela Instrução nº 56/2012, publicada no BO nº 1, de 15 de janeiro de 2013.

- 9.2. O Manual de Procedimentos inclui, designadamente, a nomenclatura das operações abrangidas pelo reporte, as definições genéricas e as tabelas de desagregação aplicáveis à informação a reportar, o formato dos ficheiros e formulários a enviar, bem como os aspetos técnicos e operacionais associados com a sua transmissão ao Banco de Portugal.

Renumerado pela Instrução nº 56/2012, publicada no BO nº 1, de 15 de janeiro de 2013.

10. Disposições transitórias

Renumerado pela Instrução nº 56/2012, publicada no BO nº 1, de 15 de janeiro de 2013.

- 10.1. O primeiro reporte nos termos da presente Instrução deve efetuar-se até abril de 2013, com informação referente ao mês anterior ao de início de reporte, para todas as entidades à exceção dos bancos.

Alterado e renumerado pela Instrução nº 56/2012, publicada no BO nº 1, de 15 de janeiro de 2013.

- 10.2. Para os bancos, o primeiro reporte nos termos da presente Instrução deve efetuar-se em abril de 2014, com informação referente a março de 2014.

*Alterado e renumerado pela Instrução nº 56/2012, publicada no BO nº 1, de 15 de janeiro de 2013.
Alterado pela Instrução nº 20/2013, publicada no BO nº 8, de 16 de agosto de 2013.*

- 10.3. A informação relativa a períodos anteriores aos mencionados nos pontos 10.1 e 10.2 deve ser reportada de acordo com o disposto na Instrução do Banco de Portugal nº 34/2009, de 30 de dezembro.

*Renumerado pela Instrução nº 56/2012, publicada no BO nº 1, de 15 de janeiro de 2013.
Alterado pela Instrução nº 3/2013, publicada no BO nº 3, de 15 de março de 2013.*

11. Disposições finais

Renumerado pela Instrução nº 56/2012, publicada no BO nº 1, de 15 de janeiro de 2013.

- 11.1. A presente Instrução entra em vigor na data da sua publicação.

Renumerado pela Instrução nº 56/2012, publicada no BO nº 1, de 15 de janeiro de 2013.

11.2. A Instrução do Banco de Portugal nº 34/2009, de 30 de dezembro, é revogada com efeitos a partir de 15 de abril de 2014.

Renumerado pela Instrução nº 56/2012, publicada no BO nº 1, de 15 de janeiro de 2013.

Alterado por:

- Instrução nº 3/2013, publicada no BO nº 3, de 15 de março de 2013:

- Instrução nº 20/2013, publicada no BO nº 8, de 16 de agosto de 2013.